

“EU VOS DIGO, MANAS”: REFLEXÕES SOBRE A SUBALTERNIDADE FEMININA NAS *NOVAS CARTAS PORTUGUESAS*

Maria da Conceição Matos Flores*
conflores.natal@gmail.com
Universidade Potiguar

Resumo: Este texto visa refletir sobre seis histórias de mulheres vítimas de subalternidade narradas nas *Novas cartas portuguesas*, romance escrito pelas Três Marias – Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. Partindo das *Cartas portuguesas*, de Mariana Alcoforado, freira que viveu em Beja no século XVII, as Três Marias constroem um romance inovador que dialoga com o da freira, porém enquanto as *Cartas Portuguesas* foram publicadas em França, em 1699, anonimamente, estas *Novas cartas* foram editadas em Portugal, em 1972, e apresentam uma autoria coletiva declarada, mas não identificada. As histórias analisadas neste ensaio mostram que a subalternidade feminina se apresenta de diversas formas, que têm em comum o poder de inferiorizar a mulher e de lhe retirar a liberdade e a autoestima. Esta reflexão ancora-se em teóricos como Pierre Bourdieu (1999; 2001), Michelle Perrot (2005), Gayatri Spivak (2010) e Virginia Woolf (2014).

Palavras-chave: *Novas cartas portuguesas*; história das mulheres; subalternidade feminina.

1 Introdução

Em abril de 1972, vieram a público as *Novas cartas portuguesas* escritas pelas Três Marias – Maria Isabel Barreno (1939-2018), Maria Teresa Horta (1937) e Maria Velho da Costa (1938-2020). As autoras partiram das *Cartas portuguesas*, de Mariana Alcoforado, freira que viveu em Beja no século XVII, e construíram um romance inovador¹ que dialoga com o da freira. Mas enquanto as *Cartas* da freira tinham sido

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), graduada em Letras, com Diplôme Supérieur d'Études Françaises pela Université de Nancy II, sendo mestre em Literatura Comparada (UFRN). Foi professora da Universidade Potiguar de março de 1999 a junho de 2018, tendo sido tutora do grupo PET (Programa de Educação Tutorial) Literatura no Rio Grande do Norte de fevereiro de 2011 a junho de 2018. Publicou: *Do mito ao romance: uma leitura do evangelho segundo Saramago* (2001); *As aventuras de Teresa Margarida da Silva e Orta em terras de Brasil e Portugal* (2006) e o *Dicionário de escritores norte-rio-grandenses: de Nísia Floresta à contemporaneidade* (2014); em coautoria com Constância Lima Duarte e Zenóbia Collares Moreira, o *Dicionário de escritoras portuguesas: das origens à atualidade* (2009). Organizou, em 2013, *Mulheres e Literatura: ensaios*; em 2015 e 2019 (Vol. I e II) de *O meu sentido primeiro das coisas: ensaios sobre a obra de Maria Teresa Horta*.

¹ Romance inovador, pois apresenta aspectos até então inexplorados, como se verá. De acordo com Bakhtin, “o romance é o único gênero por se constituir, e ainda inacabado. [...] A ossatura do romance

publicadas anonimamente em Paris, em 1669, as *Novas cartas*, publicadas em Lisboa, em 1972, têm a sua autoria declarada, porém múltipla e anônima. Se o primeiro fala de paixão em cinco cartas de amor, este, em 120 textos apresenta uma escrita ousada atravessada pela “intertextualidade, a hibridez e a alteridade” (Seixo, 1989; *apud* Amaral, 2010, p. XX), dialogando com textos literários, rasurando a narrativa romanesca tradicional, apresentando diversos gêneros literários e prosaicos, abalando a noção de autoria visto não se poder individualizar e identificar quem escreveu cada texto². A obra ecoa, de fato, um projeto político-literário solidário com as mulheres portuguesas, que afrontava a ditadura vigente.

Este ensaio analisa seis narrativas – um lamento, três cartas, um relatório médico e uma narrativa – a fim de refletir sobre a subalternidade feminina que, apesar de assumir formas diferentes nos textos, tem em comum o poder de retirar às mulheres a liberdade e a autoestima, fazendo com que se sintam inferiores moral e intelectualmente, portanto infelizes.

A consciente ousadia das Três Marias, sabedoras de que a obra constituía um ato político, selou um pacto de escrita solidária, “uma arma para lutar contra o fascismo, para lutar pela liberdade” (Horta, 2022)³, em que as autoras estavam cientes dos riscos que corriam e de que seriam acusadas de “secretas coisas”⁴ (NCP, p. 23), como se verá mais à frente.

2 “De secretas coisas acusarão o trio”

Maria Teresa Horta publicou, em 1971, *Minha senhora de mim*, livro de poesia, logo apreendido pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), sob a alegação de ser ofensivo à moral e aos bons costumes. Na ocasião, a escritora recebeu diversas ameaças e foi espancada por três homens que gritavam: “isto é para aprenderes a não escrever como escreves” (Horta, 2020, p. 51). Maria Velho da Costa, indignada com o que acontecera à amiga, no almoço semanal de que Maria Isabel Barreno também participava, propôs: “Se uma mulher sozinha pode ser causa de tanto

enquanto gênero ainda está longe de ser consolidada, e não podemos ainda prever todas as suas possibilidades plásticas”. (Bakhtin, 1993, p. 397).

²Segundo Foucault (1969, p. 265): “A relação de atribuição. O autor é, sem dúvida, aquele a quem se pode atribuir o que foi dito ou escrito”.

³A frase é de Maria Teresa Horta e foi me dita numa conversa telefônica ocorrida no dia 22 de novembro de 2022.

⁴ Todas as citações das *Novas Carta Portuguesas* virão indicadas apenas pelas iniciais NCP.

escândalo, o que aconteceria se escrevêssemos as três um livro?” (Horta, 2020, p. 53). E assim, num ato de sororidade e rebeldia política, ficava selado o pacto das Três Marias, escritoras com obra já publicada e reconhecida, que eram amigas e se reuniam semanalmente para almoçar no 13, restaurante do Bairro Alto.

Começava, então, um projeto ousado cujo ponto de partida, proposto por Maria Velho da Costa, foram as *Cartas portuguesas*, de Mariana Alcoforado, autora de cinco cartas apaixonadas publicadas, anonimamente, em francês pelo editor Barbin em 1669, em Paris. As escritoras decidiram que usariam a edição bilingue de 1969, com tradução do poeta Eugénio de Andrade e, conforme Maria Teresa Horta conta, estabeleceram as seguintes regras:

1º – um encontro semanal (para além do nosso almoço das quartas-feiras), onde cada uma leria alto o que escrevera, entregando cópias às outras duas; 2º – teríamos de fazer cinco cartas, tal como Mariana para o Cavaleiro de Chamilly; 3º – no final, o livro seria na íntegra assinado por todas; 4º – jamais revelaríamos quem escreveu o quê⁵ (Horta, 2020, p. 53).

Em casa de Maria Teresa Horta, reunia-se semanalmente “a assembleia de três” (NCP, p. 79) para leitura dos textos e, quando deram por terminado o livro, verificaram que durante 9 meses tinham estado grávidas de escrita, o “tempo da gestação e parto” das *Novas cartas portuguesas* (Horta, 2020, p. 54).

As autoras estavam cientes dos riscos que a publicação do livro traria, por isso afirmavam “A freio nos quererão domar e a rédea curta.” (NCP, p. 23) e indagavam “dão-se conta do risco?”, sabedoras de “a gravidade dessa empresa” (NCP, p. 79), pois de “Secretas coisas acusarão o trio” (NCP, p. 75). Entregaram os originais a Natália Correia⁶, editora dos Estúdios Cor, que publicou a obra em abril de 1972. Entretanto, a gráfica onde o livro foi impresso já havia se manifestado, considerando “o livro pornográfico”, e enviado um exemplar à censura.

Em 5 de maio, Assis Pacheco, colunista do “Prontuário das Letras”, do jornal a *República*, dando conta do lançamento, escreveu:

⁵As autoras apenas disseram que a Primeira Carta I, o texto de abertura do romance, é de autoria de Maria Isabel Barreno.

⁶ Natália Correia (1923-1993), poetisa, ficcionista, dramaturga e ensaísta, é uma importante escritora açoriana, autora de vasta obra. Mulher corajosa e atuante no meio cultural e político português, fundou o bar Botequim onde, nas décadas de 1970 e 1980, se reuniam artistas e intelectuais; em 1980, foi eleita deputada pelo Partido Social Democrata, mas logo se afastou do partido por se posicionar contra as pautas conservadoras, passando a ser deputada independente.

Se nenhum preconceito se intrometer com a circulação das *Novas Cartas*, poderá vir a tratar-se de um êxito livreiro de tomo. Situação geral: a mulher portuguesa (aqui sob a espécie de três escritoras) parte ao assalto dos mitos milenários que a envolvem. Forma? Necessariamente violenta. Mas de qualquer modo a ler, reler, meditar “*et pour cause*”. Iguamente um acto de extrema coragem num país de Pimpinelas⁷, de bolso.⁸

Mas a intromissão ocorreu. Em 25 de maio, a Direção dos Serviços de Censura emitiu um parecer proibindo a venda do livro, encaminhando-o à Polícia Judiciária para que fosse instaurado um processo-crime, sob a alegação do livro preconizar “[...] sempre a emancipação da mulher em todos os seus aspectos, [...] constituindo uma ofensa aos costumes e à moral vigente no País.”⁹

Após serem formalmente acusadas, e receosas do que viria a acontecer, enviaram secretamente, por um portador, o romance para Simone de Beauvoir que, impressionada com a obra, apoiou de imediato as Três Marias. Outras escritoras como Marguerite Duras, Christiane Rochefort, Doris Lessing e Iris Murdoch, entre outras, se solidarizaram com a causa e suas vozes foram essenciais para que as notícias sobre o processo movido pelo Estado português corresse mundo. Jornais como *Le Monde*, *Nouvel Observateur*, *L'Express*, *Libération*, *Times*, *New York Times* e redes de televisão como a CNN divulgaram o que se passava em Portugal, gerando uma onda de solidariedade às autoras. Entretanto, na PIDE, elas eram submetidas, separadamente, a diversos interrogatórios cujo objetivo era fazê-las confessar quem tinha escrito as partes consideradas ofensivas à moral e aos bons costumes. O fato de a noção de autoria fugir à atribuição da obra a um autor, decorre de as três Marias sempre se recusarem a falar sobre essa questão, mantendo o pacto de não revelarem a autoria dos textos.

Essa onda de solidariedade internacional levou a que, em de junho de 1973, em Boston, na conferência da *National Organization for Women* (NOW), a causa das

⁷ Pimpinela é o protagonista de *Pimpinela Escarlata*, célebre romance de aventuras de Emma Orczi (1865-1947), publicado na Inglaterra em 1905. O romance se passa em 1892 e Pimpinela é um herói misterioso que, no tempo do Terror, resgata da guilhotina aristocratas e camponeses. O jornalista ao escrever “Pimpinelas, de bolso” está desmontando a imagem heroica do protagonista do romance e afirmando, a meu ver, que em Portugal faltam atos de coragem, como os das Três Marias que ousaram escrever um romance corajoso de denúncia de práticas sociais do patriarcado que subalternizam as mulheres.

⁸ Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LivrosQueForamNoticia/LivrosQueForamNoticia_NovasCartasPortuguesas2.htm. Acesso em 4 fev. 2023.

⁹ *Apud* PEDROSA, Ana Bárbara. Três Marias: a censura de “Novas Cartas Portuguesas”. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/tres-marias-censura-de-novas-cartas-portuguesas/64514>. Acesso em 20 nov. 2022.

Três Marias fosse apresentada e votada por feministas de todo o mundo como a primeira causa feminista internacional, o que intensificou as manifestações a favor das autoras.

Em 25 de outubro de 1973, ocorreu a primeira audiência no Tribunal da Boa Hora, a segunda, em 31 de janeiro de 1974, a terceira não chegou a ocorrer posto que estava marcada para 25 de abril, o dia em que ocorreu a Revolução dos Cravos. E em 7 de maio daquele ano, saiu a sentença, retirando as acusações às escritoras e afirmando que “o livro não é pornográfico nem imoral, pelo contrário, é uma obra de arte, de elevado nível, na sequência de outros que as autoras já produziram”¹⁰.

A inovadora arquitetura da obra, a escrita poderosa e lúcida das Três Marias ao abordarem temas como a subalternidade feminina gerada pela imposição de padrões falocêntricos fazem desta obra um marco na literatura portuguesa do século XX.

3 “Sempre impediram o acesso da mulher a tudo”

A porta de entrada das *Novas cartas portuguesas* é não só o título, que deixa claro o diálogo com as *Cartas portuguesas*, mas também o engenhoso subtítulo: “(ou de como Maina Mendes pôs ambas as mãos sobre o corpo e deu um pontapé no cu de seus legítimos superiores)”. Maria Velho da Costa, autora de *Maina Mendes* (1969), Maria Teresa Horta, de *Ambas as mãos sobre o corpo* (1970) e Maria Isabel Barreno, de *Outros legítimos superiores* (1970), fazem a sua apresentação por meio de obras que publicaram. Ousado e irreverente, o subtítulo entrelaça os títulos de romances que têm em comum protagonistas femininas e abordam questões do universo da mulher – o silêncio de *Maina Mendes* como sinal de protesto, a centralidade do corpo em *Ambas as mãos sobre o corpo*, a denúncia da opressão em *Outros legítimos superiores*.

“Sempre impediram o acesso da mulher a tudo” (NCP, p. 68), diz a autora da Segunda Carta IV, afirmação da subalternidade histórica a que as mulheres têm sido submetidas. Posicionando-se contra a opressão feminina, as autoras expõem, por meio de histórias de mulheres, aspectos dessa subalternidade, embora sejam

¹⁰ *Apud* Edição das Novas Cartas Portuguesas com fotografias da época sai terça-feira. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/edicao-de-novas-cartas-portuguesas-com-fotografias-da-epoca-sai-na-terca-feira_n1403272. Acesso em: 22 nov. 2022.

sabedoras de que “há sempre uma clausura pronta a quem levanta a grimpá contra os usos” (NCP, p. 6), antecipando o que viria a acontecer com elas e o que acontece, até hoje, com mulheres que ousam rebelar-se contra a dominação masculina.

A subalternidade decorre das imposições que o sistema patriarcal instituiu, ou seja, é um efeito do discurso dominante (Spivak, 2010) que condena a mulher ao silêncio – “O subalterno não pode falar” (Spivak, 2010, p. 126) – e à obediência masculina, relegando-a a “segundo sexo” (Beauvoir, 1999).

Corajosamente, as “Três aranhas astuciosas” (NCP, p. 34), unidas “numa causa só” (NCP, p. 7), denunciam por meio de 120 textos diversas situações em que a mulher é vítima do patriarcado. Além das cartas, que são bem mais do que as cinco da proposta inicial, também há poemas, relatórios, textos narrativos, ensaios e citações. Na sentença proferida em 7 de maio de 1974, o juiz Lopes Cardoso afirma que o livro “é obra de arte de elevado nível”¹¹. Trata-se, pois, de um romance inovador atravessado por questões ligadas à opressão que vitimizou e continua a vitimizar a mulher.

O ponto de partida são as *Cartas portuguesas*¹² e o “projeto inicial – seguir de perto Mariana e as cartas” (NCP, p. 26) – vai aos poucos dando lugar a outros textos, como o “Lamento de Mariana Alcoforado¹³ para Dona Brites¹⁴”, em que Mariana expõe a sua situação à amiga e confidente: “Rêzes, Dona Brites, domadas desde o leite, não o sentis? Pois quem nos vale? Não: quem de nós se vale” (NCP, p. 71). O seu lamento evidencia a situação da mulher, maltratada como se animal fosse, usada e abusada, a quem só resta seguir o dono do rebanho, sem ter quem a defenda. E acrescenta: “Desde menina obedeço, moldada a rendas, a linho, a costumes em casa de meus

¹¹Informação disponível em <https://www.uc.pt/en/bguc/activities/banned-books-during-the-estado-novo/novas-cartas-portuguesas/>. Acesso em 23 jan. 2024.

¹²*Lettres portugaises traduites en françois* foram publicadas em Paris, anonimamente, em 1669, por Claude Barbin. Em 1810, um frade, que pertencia à mesma ordem religiosa de Mariana Alcoforado, contou que no seu exemplar estava escrito “A freira que escreveu estas cartas chamava-se Mariana Alcoforado, freira em Beja. [...] O cavaleiro a quem elas foram escritas era o conde de Chamilly.” (*Apud* Cyr, 2007, p. 16).

¹³Mariana Alcoforado (1640) foi para o convento aos 11 anos. Era a segunda filha, de Francisco Alcoforado e Leonor Mendes. A irmã mais velha chamava-se Ana e foi a única que casou. Era prática comum os pais mandarem as filhas para o convento, porque, regra geral, elegiam uma para casar e dar um bom dote, moeda de troca necessária para um bom casamento. Às outras, o convento era imposto, por sair mais barato e freira ser uma condição digna, já que mulher solteira não era bem-vista na sociedade. Mariana era franciscana e passou toda a sua vida enclausurada no Convento de Nossa Senhora da Conceição em Beja, onde foi escrivã. Faleceu em 1723. (Cyr, 2007, p. 178).

¹⁴Mariana Alcoforado na Carta Quarta e na Quinta faz referência a Dona Brites. Segundo Cyr (2007, p. 175, 176), trata-se de Dona Brites Francisca de Noronha, freira amiga e confidente de Mariana, que chegou a abadessa do Convento de Nossa Senhora da Conceição em Beja.

pais”, denúncia da dominação masculina que, desde o berço, é imposta ao sexo feminino. Posto que “a mulher não se dá espada, nem escudo, nem montada” (NCP, p. 72), porque tudo isso pertence ao universo masculino, à vida pública, à guerra; já ao universo feminino, pertence a vida privada, a casa, a domesticidade. Como Bourdieu (1999, p. 55) explica:

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, *a do sujeito e do objeto, a do agente e a do instrumento*.

Por isso, “das mulheres todos os homens /São senhores [...] Nenhuma casa/ é nossa”. Assim, os homens são sujeito, as mulheres, objeto: “abastança de homem, sua semelhança, sua terra, seu latifúndio herdado” (NCP, p. 62, 75). Virginia Woolf, em 1928, já tinha chamado a atenção para essa subalternidade, afirmando que “As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural” (2014, p. 30).

Essas denúncias põem em foco a relação homem *versus* mulher e a política de repressão que ainda vigorava no início dos anos de 1970 em Portugal, onde mulher continuava a não votar e a não viajar sem autorização do pai ou do marido, direitos que só foram alcançados após o 25 de Abril de 1974.

Na segunda metade do século XX, em Portugal, também persistia uma grande desigualdade econômica e social. A taxa de analfabetismo era muito alta (42%), e embora a atividade industrial tivesse crescido, no interior do país prevalecia a agricultura, sobretudo a de subsistência, o que levava muitos homens a emigrar. Estima-se que, entre 1960 e 1973, tenham emigrado mais de um milhão de portugueses¹⁵ e em muitas aldeias o que se via eram crianças, velhos e mulheres sozinhas, “viúvas de vivos mortos”¹⁶. A

¹⁵BARRETO, António. Mudança social em Portugal, 1960 a 2000. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/55004245/portugal_de_60-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1665236052&Signature=I6e6YB5X0t5zm-rJbya6aibe4td8ncXVHCstUwMeKxvKfM4AXhF8hdDSuj6RjUfPj4Cv7dNPyRNqnhWFfCNvf21saKAI78Iyg31xOWUjsvrAxW1aenNFBgqpasCHjk20eyPL9K3nDQKZuG-3j1y3hDplBNB-tXud5~JFxyhWNLkaLDf2~ZnbKki-9YBI~5MDc1HuiDgzhZK~aYicm-oUEMFEXW7YV5XSyOUvH5wtDmu4fu6~Zexp1KVcEmk2F6SE774otLL3lInH41nAeqxF8IG-cbXpWb6jUTQ1pCB2D7OjQvHCRMx7~1npvbsRaCoYokT-ukda9BVRVR9hqE06iA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 8 out. 2022.

¹⁶Verso de “Cantar de emigração”, tradução do poema da poetisa galega Rosalia de Castro (1837-1885). Foi traduzido por José Niza e cantado por Adriano Correia de Oliveira em 1970. A letra referia-se à Galiza, mas espelhava a situação portuguesa: “Este parte, aquele parte/ e todos se vão/ Galiza

Carta de uma mulher de nome Maria Ana, da aldeia de Carvalhal, pertencente à freguesia de Oliveira de Fráguas, concelho de Albergaria-a-Velha, distrito de Viseu, a seu marido de nome António, emigrado no Canadá há doze anos, na cidade de Kitimat, na Costa Oriental, frente às Ilhas da Rainha Carlota e perto da fronteira do Alaska (NCP, p. 104),

ilustra o que acabamos de dizer. A Maria Ana é analfabeta ou talvez só saiba assinar o nome, por isso dita a carta à sua prima Luísa que escreve reproduzindo a oralidade. Ela queixa-se da ausência do marido, que há dois anos não vem a Portugal, agradece o dinheiro que ele envia mensalmente, e conta o que se passa na aldeia:

[...] as terras que a gente tem pordemais que eu tenteie[...] só dão silvas e caimão por causa da podridão das águas do Caima que cá viste deitarem tudo a perder dos peixes e feijão nem falar e assim os gastos são todos para fora, por mor da fábrica de papel que inda é o que dá que fazer a quem cá fica até às sortes que depois tu sabes que o nosso Júlio já anda a apalavrar-se para a França, [...] (NCP, p. 104).

É, pois, por meio da carta de Maria Ana – assinada por ela e datada de 10/4/1971 – que as Três Marias denunciam problemas que afetavam, sobretudo, as aldeias. Por um lado, a emigração, tanto a legal como é o caso do marido, como a ilegal, caso do filho que “anda a apalavrar-se para a França” para onde iria depois das “sortes”, ou seja, depois do recrutamento militar; por outro, a precariedade da industrialização, que destruía os recursos naturais e inviabilizava a agricultura de subsistência. A emigração decorria da pobreza, que assolava historicamente os portugueses, e da guerra colonial que marcou profundamente a sociedade portuguesa desde os anos 1960 até o 25 de Abril¹⁷.

Já a história de vida de Maria é reveladora da violência que ela sofria e atribui o comportamento do marido às sequelas da guerra. Ela conta:

[...] mas como podia eu saber que o meu António havia de vir assim de África, ele que era uma pessoa, não desfazendo, de tão bom coração e desde que

ficas sem homens/ que possam cortar teu pão// Tens em troca órfãos e órfãs/ tens campos de solidão/ tens mães que não têm filhos/ filhos que não têm pais.// Coração que tens e sofre/ longas ausências mortais/ viúvas de vivos mortos/ que ninguém consolará”. Disponível em: <https://folhadepoesia.blogspot.com/2014/09/prahabana-cantar-de-emigracao.html>. Acesso em 8 out. 2022.

¹⁷Em 1974, a Guiné-Bissau e Cabo Verde tornaram-se independentes; em 1975, Angola, Moçambique e Timor-Leste. Angola e Moçambique enfrentaram longas guerras civis que só terminaram no início da década de 1990. Timor-Leste, após a independência, foi invadido pela Indonésia, cujas forças permaneceram no território timorense até 1999.

veio das guerras anda transtornado da cabeça e me mete medo grita noite e dia, bate-me até se fartar e eu ficar estendida (NCP, p. 163).

Vítima das agressões do marido, Maria acaba reproduzindo o discurso patriarcal de submissão da mulher, afirmando que “o homem pode-se revoltar sempre que quer mas a mulher está presa a eles”, desculpando o marido que “no fundo, até não é mau” (NCP, p. 164). Afinal, a relação homem e mulher é a “base política do modelo de repressão” (NCP, p. 89), em que é vigente a heteronormatividade masculina e a subalternidade feminina. Por isso, quando Maria fala, apanha.

Considero, com Michelle Perrot (2005, p. 447), que “O corpo da mulher está no centro de toda a relação de poder” e a dominação masculina é exercida por meio do controle da sexualidade feminina. O “Relatório Médico-Psiquiátrico sobre o estado mental de Mariana A.” (NCP, p. 147) expõe os mecanismos de repressão. Considerada louca, Mariana foi internada há alguns meses pelos sogros por ter sido encontrada “acoplada com um cão”. O marido está na África e num dos monólogos gravado pelas enfermeiras, ela desabafa:

Tu nunca percebeste nunca. A minha mãe dizia é pecado a carne é luxúria e mesmo contigo era. Foste sempre uma prisão alguma vez pensaste em me ouvir? [...] É luxúria dizia a minha mãe é pecado a carne e mesmo contigo eu sentia que o era quando gozava e só eu sei como me tentava retraindo. (NCP, p. 149).

Enquanto o casamento legitimava o sexo, a educação patriarcal negava o desejo e o prazer à mulher, subjugando-a num corpo que não lhe pertencia, cujo destino era a maternidade. A liberação do corpo como fonte de prazer ocorre paralelamente aos movimentos feministas de reivindicação dos direitos das mulheres, que rompem o silêncio de séculos em que o corpo era negado e o prazer era pecado.

Mariana A, outra personagem, é considerada louca, por isso foi internada. E como Maria João Faustino (2022) alerta: “ser mulher no patriarcado é estar sempre na iminência da loucura [...]. A sanidade é branca, masculina e heterossexual”¹⁸. A conclusão do relatório médico, no entanto, é que: “1º - Mariana A. não é alienada. 2º - Não apresenta qualquer indício de tara sexual. 3º – O acto que a trouxe aqui pode

¹⁸FAUSTINO, Maria João. Amber Heard: todas somos loucas. #EuTambém. Texto publicado no jornal o *Público* de 31 de maio de 2022. Disponível em: https://www.publico.pt/2022/05/31/p3/cronica/amber-heard-loucas-eutambem-2008317?fbclid=IwAR3vpo50m1zLlkhHA4gKU8uhTorYkm_8_IUuFJCAMO93p40-E8EyH2TGA4M. Acesso em: 17 out. 2022.

ser atribuído apenas a um grave desequilíbrio de ordem nervosa” (NCP, p. 149). Mas, no primeiro momento, é rotulada de “alienada” e internada, retiram-lhe a liberdade, ignorando os problemas das mulheres acusadas de histéricas. E na origem, está o exercício da sexualidade e o direito da mulher ao prazer.

A carta de outra Mariana ilustra mais um caso em que a mulher é considerada louca. Internada num manicômio pelo marido, com o aval materno, ela lucidamente pergunta: “Acaso está a mulher obrigada a suportar a um homem todas as humilhações só porque ele é marido: dono, senhor? Acaso o se nascer mulher significa ser-se infeliz e aguentar uma carga que ultrapassa a sua capacidade de carregar?” (NCP, 213). Vale lembrar que a loucura é definida como “desvio de comportamento em relação àquilo que é considerado normal [...] [e] depende dos preconceitos dominantes numa dada cultura, num dado momento da sua história” (Amaral, Macedo, 2005, p. 116). Era fácil internar as mulheres sob a alegação de que eram loucas, quando não se adequavam aos papéis femininos predeterminados. E Mariana questiona: “Não estavam vocês certos e eu louca? Não são vocês normais e eu demente?” pondo em xeque os padrões da época, em que, como ela diz, marido equivale a dono, senhor, cabendo às mulheres obediência.

A “Carta de uma mulher chamada Mariana, nascida em Beja, para uma mulher de nome Maria, ama de sua filha Ana” (NCP, p. 115) constitui uma denúncia sobre as mulheres que foram empurradas para a prostituição pelas famílias quando engravidavam e decidiam ser mães sozinhas. A prostituição é a atividade sexual remunerada e, em muitos casos, é a única forma que as mulheres têm de conseguir dinheiro para criar os filhos. A Mariana é de Beja, pequena cidade do Alentejo, onde Mariana Alcoforado nasceu, viveu e morreu. Se esta passou a sua vida enclausurada, a outra foi obrigada a ir para a cidade grande e a se prostituir para poder sustentar a filha que está entregue aos cuidados da Senhora Maria. Na carta, ela envia o dinheiro do pagamento mensal que havia acordado e conta: “Ainda ontem um senhor que é doutor muito fino de palavras e de modos me disse ‘não estejas triste rapariga que sem a tua filha até estás melhor e com o corpo que tens’” (NCP, p. 115-116). A subalternidade de Mariana é expressa pela reverência com que fala do cliente – “doutor muito fino de palavras e de modos” – que lhe elogia o corpo, sem ela se dar conta de que está sendo reduzida a objeto, numa relação de dominação entre cliente e prostituta. Ela aceita a sua condição como destino, e sabe que o mundo é dos homens. Lamenta-se:

[...] já que a gente tem que ser desgraçada porque é essa a vontade do senhor e ele bem sabe o que faz e a minha cruz foi ainda deitar ao mundo uma menina que um homem se cria doutra maneira sem mais preceitos e para ser feliz pois a mulher é sempre desgraçada como eu (NCP, p. 116).

Mariana não se apercebe que reproduz o poder simbólico, pois, embora subalterna, age em prol de “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que lhe estão sujeitos” (Bourdieu, 2001, p. 14-15). A manutenção do(s) poder(es) simbólico(s) conta com o conformismo que está relacionado com a moral cristã e com o poder exercido pelos aparelhos ideológicos do Estado que têm reproduzido a ordem patriarcal. Mariana tem consciência das diferenças entre os sexos e submete-se, porque não tem como lutar. O seu corpo é subalterno, subjugado pelo cliente que lhe paga para que assim ela possa sustentar a filha.

Já Maria, a protagonista de “A luta” (NCP, 231), opta por fugir do marido e arriscar a vida. Está determinada a não se render: “Nunca mais lhe cederá: Quer às suplicas, quer às ameaças, quer à ternura ou tortura física. Está disposta a lutar e corre” (NCP, 232). Por isso, desprende-se do braço do marido e corre por entre multidão. Ele escreve-lhe e conta:

“Maria:
Fiquei a ver-te afastar, mudo de espanto, julgando que tivesses enlouquecido, preso de um medo monstruoso que me impediu de te tentar deter; medo de te perder ou de que te perdesse levada por essa imaginação que, bem sabes, sempre me desgostou. Tens o espírito fraco, mas nunca te pensei leviana.
Teu marido.
António”¹⁹ (NCP, 231)

A carta de António mostra o inconformismo masculino face à fuga de Maria, atitude extrema para ela alcançar a liberdade. Libertar-se do braço do marido é romper, simbolicamente, com as amarras que o casamento lhe impunha, já que, de acordo com o Código Civil de 1966, Art. 1674: “O marido é o chefe da família, competindo-lhe nessa qualidade representá-la e decidir em todos os actos da vida conjugal comum”²⁰. Ele é “o chefe da família” e a ele compete decidir “os actos da vida

¹⁹A carta está entre aspas, que foram mantidas na citação.

²⁰PORTUGAL. Código Civil de 1966. Disponível em: <https://www.igac.gov.pt/documents/20178/358682/C%C3%B3digo+Civil.pdf/2e6b36d8-876b-433c-88c1-5b066aa93991>. Acesso em: 4 fev. 2023.

conjugal”, e por essa razão escreve novamente e indaga: “Alguma vez te obriguei a mim ou alguma coisa mais do que seria normal exigir um homem de uma mulher?” (NCP, p. 233). Valendo-se, pois, da dissimetria das relações conjugais, António lembra que Maria tem obrigações e não admite que ela busque a liberdade. Considera que ela age movida pela “crueldade”. pelo “orgulho” e é uma “leviana” (NCP, p. 234). Portanto, ela não poderia desobedecer e fugir.

O cansaço a impede de alcançar “o seu lugar no mundo” (NCP, 234). Com o corpo exausto, Maria cai e não consegue mais fugir. Levada para o hospital, o marido acaba por a encontrar, obtendo autorização do diretor para a levar para casa, onde ela morre poucas horas depois. O bilhete do marido para a sua mãe, que o aconselhara a deixar Maria, esclarece a relação de dominação masculina existente. Ele indaga: “Que fazer agora da minha vida se a consagrei a perseguir a dela com a finalidade única de a trazer ao bom caminho e ao dever?” (NCP, p. 235). António desejava trazer Maria “ao bom caminho e ao dever”, “discipliná-la”, torná-la uma mulher “dócil” que aceitasse as imposições do marido. Por que um ‘corpo disciplinado’ (Xavier, 2002, p. 62) não questiona, não foge.

4 “Ficamos à beira de muito”

Para concluir retomo os textos das *Novas Cartas* analisados aqui, para refletirmos sobre o *modus operandi* da subalternidade. O lamento de Mariana Alcoforado (século XVII) expressa a imposição do padrão moral e social do patriarcado que torna as mulheres o “segundo sexo”. Durante séculos, o convento foi imposto a muitas, castrando a “ânsia de mundo” (NCP, p. 73) de tantas, e Mariana, como outras mulheres, ultrapassou as grades do convento, fazendo ouvir sua voz através da escrita, revelando em seus lamentos, a angústia de “viver entre lágrimas”, porque essa era a “vontade dos Senhores seus Pais” (NCP, p. 72).

A situação da mulher, em Portugal, pouco mudou até a Revolução dos Cravos (25/4/1974). A carta de Maria Ana, analfabeta, que tem o marido emigrado no Canadá, mostra a subalternidade de quem não tem acesso à escrita e precisa que a prima escreva por ela. Ela queixa-se da ausência do marido que, ao responder, lhe diz que talvez “não possa ir por estes meses mais chegados e depois se há-de ver que já há-de ir num bom pé de meia” (NCP, p. 216). O António, marido da Maria Ana, é alfabetizado, não precisa de intermediário para escrever, mas, enquanto ela expressa

a sua saudade e dedicação ao marido, declarando a sua fidelidade – “desta tua mulher para todo o sempre” (NCP, p. 106) –, ele se preocupa com a situação financeira e, provavelmente, acha que o dinheiro compra a felicidade. O término da carta é revelador das diferenças: “Adeus, Maria Ana, muitas recomendações a todos e segue pelo correio um vale para ires comprando mais uns ouros e abraça-te com amizade o António.” (NCP, p. 217). Por vezes, os homens que emigravam sozinhos acabavam constituindo novas famílias e as mulheres que ficavam em Portugal, por vezes, terminavam seus dias com “modos de viúva rica” (NCP, p. 106).

A Mariana A., internada em hospital psiquiátrico pelos sogros, cujo marido se encontra em África, é vítima do controle da sexualidade. Educada para reprimir o desejo e o gozo, ela sofreu “um grave desequilíbrio de ordem nervosa” (NCP, p. 149) e procurou o prazer com o cão, talvez seu animal de estimação. A severa educação católica e a rígida moral, fruto da educação materna e do colégio de freiras onde estudou, geraram a repressão sexual, mas não impediram que o desejo se manifestasse. O marido, como ela diz, nunca percebeu nada, nunca pensou nela, bastava ele se satisfazer, como se ela fosse mero objeto. Mariana A. sofre porque o seu desejo sempre foi recalçado, nunca o marido a tratou como sujeito. A submissão aos padrões da domesticidade redonda na subalternidade feminina, pois, como Virginia Woolf já disse: “uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu” (2014, p. 10).

A Mariana internada como louca, por não acatar as imposições que o marido dita, sabe que a liberdade tem um preço e escreve: “para me libertar me prendi entre estas grades, não me arrependo...”, porém ela, ingenuamente, não contava com “o peso das leis” (NCP, p. 213), que continuaram a fazer dela uma prisioneira duplamente subordinada: ao marido e à lei.

A Mariana de Beja é prostituta, submete-se aos clientes para assim poder sustentar Ana, a filha, entregue a Maria, a ama. O “contrato” estabelecido pela prostituição implica no direito masculino de acesso ao corpo da mulher, objetificado como produto. A liberdade do homem e a sujeição da mulher estão implícitos na ordem patriarcal que concede direitos ao homem sobre o corpo das mulheres, sejam eles legitimados pelo casamento ou pela prostituição. E o patriarcado se sustenta por uma máquina azeitada que conta com o poder simbólico, ou seja, com a adesão dos subalternos para a sua manutenção, como é o caso das mulheres cujas histórias

analisamos. Por isso, a mãe de Mariana despreza a filha e sempre lhe atirou “à cara” (NCP, p. 116) que ela não serve para nada.

A Maria, mulher de António, busca corajosamente a liberdade para conseguir “o seu lugar no mundo” (NCP, p. 234). Dos cinco casos analisados, ela é a única que não aceita a subalternidade, a dominação que decorre das imposições maritais e foge. A fuga é vã e ela tem consciência de que é presa do marido que a perseguiu até a morte.

Como podemos constatar, as histórias dessas mulheres são narradas pelas Três Marias, sem que saibamos a autoria individual de cada texto, pois as vozes de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa circulam no romance sem que se conheça quem escreveu o quê, ecoando vozes do passado e do presente, que se multiplicam numa polifonia em que se cruzam diversas situações de subalternidade feminina na sociedade patriarcal portuguesa.

“Ficamos à beira de muito” (NCP, p. 292), porque no romance há muitas outras histórias sobre a subalternidade feminina e também porque as autoras sabem que há tantas outras histórias que poderiam ser narradas. As que escolhemos são representativas do fio condutor que atravessa o romance: a história de Mariana Alcoforado e das *Cartas Portuguesas*. Porque não é à toa que a Mariana se desdobra em tantas Marias e Anas e Marianas, pois passados mais de meio século da publicação das *Novas Cartas* “Ainda [somos] Marianas”²¹. Basta lembrarmos os números da violência contra a mulher e de feminicídios, tanto em Portugal como no Brasil, pois sempre “A freio nos quererão domar e a rédea curta” (NCP, p. 23).

“EU VOS DIGO, MANAS”: REFLECTIONS ABOUT FEMALE SUBALTERNITY IN NEW PORTUGUESE LETTERS

Abstract: this text aims to reflect on the stories of six women victims of subalternity narrated in *New Portuguese Letters*, a novel written by the three Marias – Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta and Maria Velho da Costa. The starting point is *Cartas Portuguesas* of Mariana Alcoforado, a portuguese nun who lived in the 17th century in Beja. The three Marias construct an innovative novel that dialogues with that of the nun, but while *Cartas Portuguesas* was edited in Paris, anonymously; *New Portuguese Letters* was published in Lisbon, in 1972, and present a declared collective authorship, but there is no identification on what each of the three Marias wrote. Each new

²¹*Ainda Marianas – 50 anos das Novas Cartas Portuguesas* é o título do espetáculo levado à cena no Teatro D. Maria, em Lisboa, em abril de 2022. O espetáculo tem criação e dramaturgia de Catarina Rôlo Salgueiro e Leonor Buesco e interpretação de Ana Batista, Rita Cabaço e Teresa Coutinho.

“different letter” shows that female subalternity presents itself in different ways, which have in common the power used to inferiorize women and take away their freedom and self-esteem. This study is based in theorists such as Pierre Bourdieu (1999, 2001), Michelle Perrot (2005), Gayatri Spivak (2010) and Virginia Woolf (2014).

Keywords: *New Portuguese Letters*; women’s history; female subordination.

Referências

ALCOFORADO, Mariana. *Cartas portuguesas*. Tradução de Pedro Tamen. Lisboa: Divina Comédia Editores, 2013.

AMARAL, Ana Luísa. Breve introdução. In: BARRENO, Maria Isabel, HORTA, Maria Teresa, COSTA, Maria Velho da. Edição anotada. Orgs. Ana Luísa Amaral e Marinela Freitas. *Novas cartas portuguesas*. Lisboa: Dom Quixote, 2022. p. XV-XXVI.

AMARAL, Ana Luísa (org.). *Novas cartas Portuguesas*. Notas intertextuais e outras. In: BARRENO, Maria Isabel, HORTA, Maria Teresa, COSTA, Maria Velho da. Edição anotada. Orgs. Ana Luísa Amaral e Marinela Freitas. *Novas cartas portuguesas*. Lisboa: Dom Quixote, 2022. p. 311-407.

AMARAL, Ana Luísa. MACEDO, Ana Gabriela (orgs.). *Dicionário de Crítica Feminista*. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. Epos e romance. In: *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. 3 ed. São Paulo: Hucitec, Unesp, 1993. p. 397-428.

BARRENO, Maria Isabel, HORTA, Maria Teresa, COSTA, Maria Velho da. Edição anotada. Orgs. Ana Luísa Amaral e Marinela Freitas. *Novas cartas portuguesas*. Lisboa: Dom Quixote, 2022.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

CASTRO, Rosalia. Cantar de emigração. Disponível em <https://folhadepoesia.blogspot.com/2014/09/pra-habana-cantar-de-emigracao.html>. Acesso em 8 out. 2022.

CYR, Myriam. *A maior paixão do mundo: a história da freira Mariana Alcoforado e suas cartas de amor*. Tradução de Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

FAUSTINO, Maria João. Amber Heard: todas somos loucas. #EuTambém. Publicado no jornal o *Público* de 31 de maio de 2022. Disponível em: https://www.publico.pt/2022/05/31/p3/cronica/amber-heard-loucas-eutambem-2008317?fbclid=IwAR3vpo50m1zLlkHHA4gKU8uhTorYkm_8_IUuFJCAMO93p40-E8EyH2TGA4M. Acesso em 17 out. 2022.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? *In*: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos: Estética, Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2001. p. 264-298.

HORTA, Maria Teresa. Escrita e transgressão. *In*: HORTA, Maria Teresa. *Memórias do Brasil*. São Paulo: Liber Ars, 2020. p. 45-60.

PEDROSA, Ana. Três Marias: a censura de “Novas Cartas Portuguesas”. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/tres-marias-censura-de-novas-cartas-portuguesas/64514>. Acesso em 20 nov. 2022.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru (SP): EDUSC, 2005.

PORTUGAL. *Código Civil de 1966*. Disponível em: <https://www.igac.gov.pt/documents/20178/358682/C%C3%B3digo+Civil.pdf/2e6b36d8-876b-433c-88c1-5b066aa93991>. Acesso em: 4 mar. 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakaravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução de Bia Nunes de Sousa. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2002.

Recebido em 12/03/2023

Aceito em 19/01/2024

Publicado em 29/02/2024